

A modalidade deôntica em discursos de investidura: uma análise pragmática no contexto político

The deontic modality in investiture speeches:
a pragmatic analysis in the political context

 André Silva Oliveira

Resumo: Este trabalho tem por objetivo fazer uma descrição e análise da modalidade deôntica como recurso discursivo e estratégia argumentativa no discurso político. Para isso, recorre-se à perspectiva funcionalista e à tipologia das modalidades de Hengeveld (2004). Nesse sentido, foram selecionados todos os 18 discursos de investidura dos candidatos a primeiro-ministro do governo espanhol, sendo contabilizados apenas os modalizadores deônticos, cujos dados quantitativos foram coletados e apreciados por meio do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Após a análise dos discursos de investidura que compuseram o cópulus, verificou-se, no que é relativo aos aspectos pragmáticos, que o falante (candidato a primeiro-ministro) opta por não se incluir na instauração do valor modal, instaurando a deonticidade sobre as instituições e/ou reportando a necessidade deôntica de concretização de eventos. Por sua vez, nos casos de inclusão, o falante

André Silva Oliveira. Doutorado em Linguística. Professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: andre.oliveira@ufrn.br.

prefere aproximar-se de seu ouvinte (membros do Parlamento), no intuito de dar voz a coletividade.

Palavras-chave: Funcionalismo. Modalidade deôntica. Discurso político.

Abstract: This paper aims to describe and analyze the deontic modality as a discursive resource and argumentative strategy in political discourse. To this end we use the functionalist perspective and Hengeveld's typology of modalities (2004). In this sense, all 18 investiture speeches by the candidates for prime minister of the Spanish government were selected with only the deontic modalizers being counted whose quantitative data were collected and assessed using the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). After analyzing the investiture speeches that composed the corpus, it was found with regard to pragmatic aspects that the speaker (candidate for prime minister) chooses not to include himself in the establishment of the modal value, establishing deonticity over institutions and/or reporting the deontic need for the concretization of events. In turn, in cases of inclusion the speaker prefers to approach his listener (members of Parliament), in order to give voice to the community.

Keywords: Functionalism. Deontic modality. Political discourse.

Introdução

Partimos do pressuposto que a modalidade deôntica, no contexto político, está relacionada ao emprego de recursos linguísticos (os modalizadores deônticos) que expressam obrigações, permissões ou proibições referentes às normas, às políticas públicas e às relações de poder. Nesse sentido, esse subtipo de modalidade desempenha um papel central em discursos políticos, haja vista que permite moldar comportamentos e opiniões ao estabelecer diretrizes regulativas, normativas e interpretativas sobre o que é considerado obrigatório ou

permitido em determinado contexto, como nesse fragmento de um discurso proferido pelo atual primeiro ministro do governo espanhol, Pedro Sánchez: “*Tenemos que hacer un esfuerzo en aras del interés general y de sacar adelante una agenda legislativa que, a mi juicio, es progresista*”¹. Nesse exemplo, o modalizador *tener que* é empregado para expressar uma obrigação (necessidade deôntica).

Conforme Hengeveld (2004), a modalidade deôntica diz respeito à expressão das regras e normas de conduta que são prescritas, reguladas ou avaliadas a partir do que é legalmente, moralmente e socialmente aceito. Com base nessa definição, ponderamos que esse subtipo de modalidade pode ser engendrado no discurso de investidura como forma de manifestar as atitudes e as opiniões subjetivas do falante (candidato a primeiro-ministro) em relação ao que é pretendido como ações, metas e estratégias de seu futuro governo, orientando, assim, a forma como o seu discurso deve ser lido e interpretado.

Assim sendo, esta pesquisa pretende responder aos seguintes questionamentos: (1) qual a posição do falante na incidência do valor modal é a mais recorrente?; e (2) qual a posição do falante em relação ao seu público ouvinte? Nesse sentido, pretendemos descrever e analisar a modalidade deôntica como recurso discursivo e estratégia argumentativa em discursos de investidura, considerando, para isso, os aspectos pragmáticos envolvidos na instauração da deonticidade. Dessa forma, defendemos que a modalidade deôntica permite que se analise como os líderes políticos e as instituições moldam narrativas regulativas e normativas que impactam políticas públicas e comportamentos sociais. À vista disso, para investigações aprofundadas, o discurso político pode

1. Exemplo retirado da Internet. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/presidente/actividades/Paginas/2024/271124-sanchez-sesion-control-congreso.aspx>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ser analisado com ferramentas de modelos funcionais, como a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Dessa forma, recorreremos à perspectiva funcionalista que apregoa a integração da pragmática na análise dos fenômenos linguísticos a partir de contextos reais de produção e uso. Para a categoria modalidade, recorreremos à tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), que descreve a categoria modalidade com base em dois parâmetros principais: o *domínio semântico* e a *orientação modal*. Em relação ao domínio semântico, a modalidade se subdivide em cinco: facultativa, deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial. No tocante à orientação modal, as modalidades podem estar orientadas para o Participante, o Evento e a Proposição.

Com base na perspectiva funcionalista e na tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), buscamos analisar os propósitos comunicativos do falante, dentre os quais se sobressai o desejo de conquistar a vitória nas eleições e, desse modo, tornar-se o primeiro-ministro do governo espanhol. Por conseguinte, ao analisarmos os trabalhos de Oliveira (2021), Oliveira e Lopes (2021), Conceição e Fontenele (2021) e Souto (2024), que se debruçaram sobre a categoria modalidade (e os seus subtipos) no discurso político, pudemos verificar que as modalizações podem ser engendradas para influenciar a opinião pública, criando, assim, uma sensação de urgência ou de inevitabilidade acerca de determinadas decisões políticas. Nessa perspectiva, as análises da categoria modalidade em diferentes campos da Linguística (como a Pragmática e o Funcionalismo) frequentemente exploram como os conteúdos modais contribuem para a construção da discursividade e da legitimidade no discurso político.

Nessa direção, acreditamos que o discurso investidura seja favorável a instauração de modalizações deônticas, em virtude de o candidato manifestar deveres e obrigações, bem como proibições e permissões

no que tangem às suas futuras ações governamentais, além de reportar a prescrição de regras e normas de conduta inerentes às instituições políticas ou à regulação de eventos obrigatórios, permitidos ou proibidos de serem concretizados a partir do que é estabelecido pela legalidade das leis, normas e contratos da esfera política.

Por fim, a expressão da modalidade deôntica em discursos de investidura desempenha um papel central na construção da autoridade e legitimidade de um líder político. Dessa maneira, os candidatos frequentemente utilizam a modalidade deôntica para expressar seus compromissos políticos e promessas de governo, bem como enfatizar valores e normas que guiarão o governo e apelar para o envolvimento da população na realização de metas coletivas, utilizando, para isso, verbos modais deônticos. Portanto, a modalidade deôntica, no discurso político, desempenha um papel fundamental como ferramenta discursiva e argumentativa para construir, legitimar e justificar ações e posicionamentos, além de influenciar a opinião pública.

A perspectiva funcionalista de análise linguística

Dentre as diferentes perspectivas e correntes de descrição e análise da língua(gem), deparamo-nos com o funcionalismo linguístico que, segundo Neves (2007), refere-se a um princípio teórico-metodológico que tem por objetivo a descrição e análise dos fenômenos linguísticos em relação ao uso efetivo da língua(gem), levando em consideração o contexto social de produção e a integração das estruturais formais da gramática da língua, moldadas pelas motivações pragmáticas do falante e/ou do ouvinte. Desse modo, conforme Araújo e Timóteo (2011), o funcionalismo linguístico ultrapassa as fronteiras de um estudo pauta-

do apenas na forma estrutural das unidades linguísticas, pois passa a observar o seu comportamento no momento da interação verbal.

Segundo Neves (2000, 2012), a perspectiva funcionalista está constituída por algumas bases epistemológicas, entre as quais se destacam: (i) a concepção de língua como um sistema fluido e maleável, que é moldado em razão das pressões de uso; (ii) a categorização das unidades linguísticas em termos de protótipos, considerando a natureza teórica e o caráter metodológico; (iii) o caráter instrumental da linguagem, que serve como ferramenta para a manifestação dos mais variados propósitos comunicativos, em que os usos linguísticos são motivados por forças externas ou internas à língua; (iv) a língua e sua gramática não representa um sistema autônomo, mas dependente de fatores externos que proporcionam as variações e as mudanças na estrutura interna da gramática, sendo, desse modo, mecanismos para um fim e não um fim em si mesmos; e (v) os objetos de análise da teoria funcionalista são a motivação icônica, a competição de motivações, a gramaticalização e as suas bases cognitivas, tais como a topicalização, a focalização, a fluidez categorial, etc.

Conforme Dik (1997), além desses pressupostos básicos, uma abordagem linguística de cunho funcionalista considera também a *competência comunicativa* dos usuários de uma língua que, por seu lado, é entendida como a forma com a qual os falantes se comunicam de modo efetivo, em que a língua(gem) se constitui como uma atividade cooperativa que, por sua vez, é regida por regras linguísticas e pragmáticas. Nesse sentido, com base no autor, entendemos que os usuários de uma língua natural sejam capazes de se adequar aos diferentes contextos de produção linguística, fazendo uso das expressões de modo apropriado e segundo as suas próprias intenções comunicativas. Assim sendo, a análise dos fenômenos linguísticos deve buscar integrar os níveis sin-

tático, semântico e pragmático, em que este último se sobrepõe aos dois primeiros.

Ao serem considerados os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos para a descrição e análise dos fenômenos linguísticos, especificamente da categoria modalidade, verificamos que, em Oliveira (2021), a modalidade deôntica é descrita e analisada em relação ao contexto político brasileiro (discursos presidenciais), em que os conteúdos modais deônticos revelam certa aproximação do falante (Representante do Poder Executivo) com o seu público-alvo, procurando, por meio da deonticidade, ser mais assertivo em suas proposições, necessariamente no que diz respeito à realização de ações políticas e da imposição de deveres. Por sua vez, em Oliveira e Lopes (2021), que analisaram a modalidade deôntica em planos de governo, verificamos que as modalizações deônticas instauradas revelaram um afastamento do falante (candidato à presidência) em relação ao valor modal instaurado, limitando-se a reportar conteúdos modais deônticos genéricos, ou seja, obrigações e permissões de âmbito coletivo.

Para Conceição e Fontenele (2021), que analisaram a categoria modalidade em discursos presidenciais, procurou-se qualificar os efeitos de sentido construídos por meio das modalizações, dos modalizadores e dos elementos retóricos, revelando que os conteúdos modais apontavam para uma posição assumida do sujeito-enunciador (Presidente da República) com estratégias que indiciavam uma intencionalidade de um regime de pós-verdade. Por seu lado, em Souto (2024), a modalidade é analisada em documento político (manifesto eleitoral), em que a modalidade é empregada como uma ferramenta de persuasão e poder, revelando estratégias de convencimento, recomendação forte e/ou mudança de estado da situação, sendo útil, portanto, para marcar uma determinada posição de poder.

À vista disso, acreditamos que a perspectiva funcionalista de descrição e análise linguística também seja adequada para o propósito deste trabalho em razão de: (i) pretendermos estudar o engendramento da modalidade deôntica em um contexto real de produção, no caso, os discursos de investidura dos candidatos a primeiro-ministro do governo espanhol; (ii) desejarmos analisar o comportamento dos modalizadores deônticos em vista dos propósitos comunicativos dos falantes (candidatos a primeiro-ministro), que almejam saírem vitoriosos na votação parlamentar; e (iii) buscarmos analisar os aspectos pragmáticos envolvidos na instauração dos conteúdos modais deônticos.

Ponderamos também que os estudos de ordem sintática, semântica e pragmática não são excludentes, mas complementares, uma vez que eles podem fornecer uma visão mais integradora da modalidade deôntica como recurso discursivo e estratégia argumentativa, como veremos na seção seguinte.

A tipologia das modalidades de Hengeveld (2004)

Na tipologização modal de Hengeveld (2004), a categoria modalidade é descrita e analisada a partir de dois parâmetros principais: (i) o *domínio semântico*, que diz respeito ao tipo de avaliação que se faz do enunciado modalizado; e (ii) a *orientação modal*, que é relativa à perspectiva sobre a qual recai o enunciado modalizado.

Em relação ao primeiro parâmetro, os diferentes tipos de modalidade são classificados a partir da perspectiva pela qual a avaliação dos conteúdos modais é feita, em que os subtipos modais podem ser de cinco tipos: (i) *modalidade facultativa*, que é relativa às capacidades e às habilidades intrínsecas ou adquiridas, como no exemplo: Eu não

sou capaz de trabalhar;² (ii) *modalidade epistêmica*, que diz respeito aos conhecimentos e às crenças referentes ao mundo real, como no exemplo: **Provavelmente** morreremos por falta de água;³ (iii) *modalidade evidencial*, que está relacionada à fonte da informação, como no exemplo: Chegou um navio turístico, eu **testemunhei** isso;⁴ (iv) *modalidade volitiva*, que se refere ao que é (in)desejável, como no exemplo: Nós **queremos** sair;⁵ e (v) *modalidade deôntica*, que diz respeito às regras e às normas de conduta de âmbito moral, legal e social, como no exemplo: Eu **devo** comer.⁶

No que diz respeito ao segundo parâmetro, os cinco subtipos modais podem estar orientados para: (i) o *Participante*, que faz referência à parte relacional do enunciado modalizado, isto é, diz respeito à relação que há entre um participante e um evento, e a realização potencial desse evento; (ii) o *Evento*, que é referente à parte descritiva e objetiva de um evento descrito em um enunciado modalizado, ou seja, o estatuto objetivo de um estado-de-coisas e a sua possibilidade ou necessidade de ocorrência no mundo; e (iii) a *Proposição*, que está relacionada à afetação do conteúdo proposicional de um enunciado modalizado, isto é, faz referência à parte do enunciado que representa as crenças e as visões do falante, especificando, portanto, o grau de comprometimento dele em relação à proposição que ele apresenta.

No que tange, especificamente, à modalidade deôntica, constatamos que, em relação ao domínio semântico, como citado anteriormente,

2. Tradução nossa. O original diz: “I am not able to work” (HENGEVELD, 2004, p. 1191).

3. Tradução nossa. O original diz: “We’ll probably die for lack of water” (HENGEVELD, 2004, p. 1195).

4. Tradução nossa. O original diz: “A tourist-ship arrived I witnessed it” (HENGEVELD, 2004, p. 1196).

5. Tradução nossa. O original diz: “We want to leave” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

6. Tradução nossa. O original diz: “I must eat” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

ela diz respeito ao que é legalmente, moralmente e socialmente aceito em termos de regras e normas de conduta. Por sua vez, no que se refere à orientação modal, ela pode estar orientada para: (i) o Participante, que diz respeito à descrição de um participante que se encontra sob a obrigação, a permissão ou a proibição de realizar o evento que é designado pelo predicado, como no exemplo citado anteriormente: Eu **devo** comer;⁷ e (ii) o Evento, que diz respeito à descrição da existência de obrigações, permissões ou proibições de realização de estado-de-coisas, mas sem que o falante faça uma apreciação pessoal desses eventos, como no exemplo: **É preciso** tirar os sapatos daqui.⁸

Com base em Hengeveld (2004), atestamos que a modalidade deôntica pode estar voltada para um dado participante que está obrigado, permitido ou proibido de realizar o evento descrito pelo predicado; ou voltar-se para a existência de obrigações, permissões ou proibições no que diz respeito à concretização de realização de um evento. Considerando os parâmetros propostos pelo autor, pretendemos avaliar o engendramento da modalidade deôntica no discurso de investidura, buscando descrever e analisar os efeitos de sentido associados à manifestação dos conteúdos modais deônticos que são expressos pelo falante (candidato a primeiro-ministro) e, dessa forma, estabelecer a deonticidade como recurso discursivo e estratégia argumentativa no referido gênero político.

Tendo em vista a descrição e a análise da modalidade deôntica no discurso de investidura, passaremos, na seção seguinte, para os aspectos metodológicos desta pesquisa, em que discorreremos acerca da categorização do corpus, da explanação sobre o gênero político discurso

7. Tradução nossa. O original diz: “I must eat” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

8. Tradução nossa. O original diz: “One has to take off his shoes here” (HENGEVELD, 2004, p. 1193).

de investidura e da apreciação das categorias de análise, que servirão de base para o estudo da modalidade deôntica.

Metodologia

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, selecionamos todos os 18 discursos de investidura proferidos pelos candidatos a primeiro-ministro do governo espanhol entre os anos de 1979 e 2020. Os discursos estão disponibilizados na plataforma on-line da *Presidencia del Gobierno*, de forma gratuita e aberta ao público.⁹

O Quadro 1 traz o detalhamento dos discursos que compuseram o universo desta pesquisa:

Quadro 1: Os discursos de investidura que compuseram o cópús da pesquisa

Sigla	Discurso de investidura do primeiro-ministro do governo espanhol
D1	ADOLFO SUÁREZ GONZÁLEZ - 30 DE MARZO DE 1979
D2	LEOPOLDO CALVO-SOLETO - 18 DE FEBRERO DE 1981
D3	FELIPE GONZÁLEZ MÁRQUEZ - 30 DE NOVIEMBRE DE 1982
D4	FELIPE GONZÁLEZ MÁRQUEZ - 22 DE JULIO DE 1986
D5	FELIPE GONZÁLEZ MÁRQUEZ - 04 DE DICIEMBRE DE 1989
D6	FELIPE GONZÁLEZ MÁRQUEZ - 08 DE JULIO DE 1993
D7	JOSÉ MARÍA AZNAR LOPEZ - 03 DE MAYO DE 1996
D8	JOSÉ MARÍA AZNAR LOPEZ - 25 DE ABRIL DE 2000
D9	JOSÉ LUIS RODRÍGUEZ ZAPATERO - 15 DE ABRIL DE 2004
D10	JOSÉ LUIS RODRÍGUEZ ZAPATERO - 08 DE ABRIL DE 2008
D11	MARIANO RAJOY - 19 DE DICIEMBRE DE 2011
D12	MARIANO RAJOY - 30 DE AGOSTO DE 2016

9. Os discursos de investidura escolhidos para esta pesquisa podem ser acessados em: <https://www.lamoncloa.gob.es/presidente/presidentes/Paginas/index.aspx>. Acesso em: 12 maio 2020.

D13	MARIANO RAJOY – 26 DE OCTUBRE DE 2016
D14	MARIANO RAJOY – 29 DE OCTUBRE DE 2016
D15	PEDRO SÁNCHEZ – 01 DE MARZO DE 2016
D16	PEDRO SÁNCHEZ – 04 DE MARZO DE 2016
D17	PEDRO SÁNCHEZ – 31 DE AGOSTO DE 2016
D18	PEDRO SÁNCHEZ – 04 DE ENERO DE 2020

Fonte: Elaborado pelo autor

Após estabelecer as categorias da análise, recorreremos ao *córpus* com a finalidade de encontrar as formas de expressão da modalidade deôntica. Para isso, foi necessária a leitura minuciosa dos discursos de investidura, em que cada modalizador tivesse ocorrido, de modo a selecionar apenas os modalizadores que se adequavam a pesquisa, no caso, os verbos modais deônticos (*deber, poder, tener que, haber que, necesitar, precisar, etc.*). Feita a etapa da identificação dos modalizadores deônticos, fizemos uma ficha de ocorrências, em que cada uma das formas de expressão encontrada foi arquivada para posterior análise. Para esta pesquisa, usamos o programa *Statistical Package for Social Science - SPSS* (versão para Windows), uma vez que este programa nos forneceu os resultados percentuais precisos. Vale ressaltar que este programa de computador prepara, automaticamente, os gráficos e as tabelas de dados quantitativos, permitindo, assim, o cruzamento das categorias de análise.

A análise e classificação das ocorrências segundo as categorias de análise definidas constitui-se em duas partes: (i) a análise quantitativa por meio da utilização do pacote computacional SPSS; e (ii) a análise qualitativa por meio da inter-relação dos dados sob a perspectiva funcionalista. O SPSS nos serviu como meio de guardar as ocorrências, classificá-las e posteriormente executar a banda de rodagem dos dados de modo que obtivéssemos a frequência de cada forma de expressão,

bem como a relação de influência das categorias de análise em relação com as demais, a inter-relação entre elas e a produção de tabelas e de gráficos. Para que ambas as análises fossem eficazes, tivemos que estabelecer os parâmetros a partir dos quais se analisaria cada ocorrência, descrevendo-as e analisando-as com o propósito de dar conta dos aspectos que envolvem as categorias de ordem pragmática da modalidade deôntica nos discursos de investidura que compuseram o corpus.

Em relação ao gênero político discurso de investidura, constatamos, com base em Álvarez Esteban (2011), que este é proferido pelo candidato à presidência do governo, realizando-o com o propósito de conquistar a confiança do Parlamento e, assim, conseguir o apoio necessário dos grupos parlamentares que poderão proporcionar-lhe os votos suficientes para a sua eleição. Nas palavras de Chaves (2009), o discurso de investidura se constitui de uma espécie de plano de governo que será transmitido pelo candidato ao Parlamento, em que nele estão contidas as propostas de ações políticas (ações governamentais relativas ao que deve ou não ser realizado durante o mandato) que recairão não apenas sobre a pessoa do futuro primeiro-ministro (como Chefe do Poder Executivo), mas de todos os demais parlamentares.

Segundo Álvarez e Chumaceiro (2009), os discursos de investidura correspondem ao gênero da comunicação política no qual o candidato a um determinado cargo político (primeiro-ministro) se articula para manifestar o que lhe parece obrigatório, permitido ou proibido em termos de ações políticas. Para as autoras, esse gênero discursivo corresponde ao conjunto dos textos orais produzidos pelos atores sociais (geralmente políticos, chefes de estado, altas autoridades, etc.) que participam ativamente na condução de uma sociedade organizada institucionalmente, levando-os, portanto, a direcionarem suas ações e palavras nesse sentido. Segundo as autoras, o conteúdo dos discursos

de investidura geralmente são de caráter persuasivo, haja vista que o candidato almeja conquistar o apoio dos demais parlamentares e, desse modo, conquistar a vitória nas eleições.

Tendo em vista essas características inerentes ao discurso de investidura, pautamos algumas categorias de análise de ordem pragmática que pudessem auxiliar na descrição e análise da modalidade deôntica como recurso discursivo e estratégia argumentativa, a saber: (1) a *posição do falante na incidência do valor modal*, em que o falante poderia optar por incluir-se (inclusão) no valor modal instaurado ou não se incluir (não-inclusão); e (2) o *posicionamento do falante em relação ao ouvinte*, em que aquele poderia se aproximar deste ao empregar a primeira pessoa do plural ou afastar-se ao fazer uso da primeira pessoa do singular. Para análise quantitativa, adotamos o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – versão 22 para o Windows para a rotação dos dados e a frequência das categorias de análise.

Na sequência, abordaremos a descrição e análise da modalidade deôntica a partir das categorias de análise selecionadas para este fim, em que estas podem agir como um recurso discursivo e estratégia argumentativa no que diz respeito à instauração de conteúdos modais deônticos.

Resultados e discussões: os aspectos pragmáticos da modalidade deôntica em discursos de investidura

Após a leitura dos 18 discursos de investidura que compuseram o corpus desta pesquisa, detectamos 989 casos de modalizações deônticas instauradas. Acreditamos que a alta recorrência de modalizações deônticas no discurso de investidura se deva a intenção do candidato a primeiro-ministro de prescrever e regular normas e regras de conduta que levem aos ouvintes (parlamentares) a certa reação ou atitude

perante as instruções, as ordens e os mandados que são instaurados.

Sendo assim, considerando o nosso objetivo de descrever e analisar a modalidade deôntica como recurso discursivo e estratégia argumentativa em discursos de investidura a partir do pragmático da deonticidade, exporemos, primeiramente, a posição do falante na incidência do valor modal; para, posteriormente, passarmos para o posicionamento do falante em relação ao ouvinte.

No tocante à *posição do falante na incidência do valor modal*, averiguamos, na Tabela 1, que a não-inclusão é a mais recorrente no engendramento da modalidade deôntica:

Tabela 1: A frequência da posição do falante na incidência do valor modal

A posição do falante	Frequência	Porcentagem
Não-inclusão	684	69,2%
Inclusão	305	30,8%
Total	989	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SPSS

Com base na Tabela 1, constatamos que a *não-inclusão* do falante na incidência do valor modal é a mais recorrente (69,2%). Nesses casos, especificamos que se trata de modalidade deôntica com orientação para o Participante, quando este participante se trata de um sujeito que é introjetado no discurso pelo candidato a primeiro-ministro e sobre quem recai a obrigação de realizar o evento descrito pelo predicado; ou com orientação para o Evento, quando se refere à obrigatoriedade de realização do estado-de-coisas designado no enunciado modalizado. As ocorrências (1) e (2) exemplificam isso:

(1) El Estado **debe organizar** un sistema eficaz que permita proteger a quienes sufren las consecuencias del cambio. Una sociedad en movimiento necesita asegurar constantemente un

puente entre la innovación y la tradición, entre el futuro y el pasado (D1).¹⁰

(2) En segundo lugar, la actuación del Gobierno **debe estar** orientada, debe estar dirigida de acuerdo con las aspiraciones que expresa la mayoría de la sociedad; la mayoría de la sociedad en un sistema democrático, único, por otra parte, para compulсар cuál es la vocación mayoritaria, se expresa en mayoría electoral (D4).¹¹

Em (1), a modalidade deôntica, com orientação modal para o Participante, é instaurada por meio da construção perifrástica *deber+infinitivo*, em que o falante (candidato a primeiro-ministro) manifesta a obrigação que recai sobre o participante designado pelo predicado (*El Estado*) de elaborar e coordenar medidas que sejam eficazes para tentar amenizar os impactos que as novas tecnológicas possam acarretar aos antigos postos de trabalho. Por sua vez, em (2), a modalidade deôntica, com orientação modal para o Evento, refere-se apenas a obrigatoriedade de concretização de um dado evento que é reportado pelo falante e sobre o qual ele não faz nenhuma apreciação de cunho pessoal, no caso, que a atuação do Governo deve estar direcionada a atender os anseios da população. Acreditamos que, em (1) e (2), o candidato a primeiro-ministro atue apenas como um “porta-voz” da deonticidade expressa, haja vista que ele não faz uma avaliação pes-

10. Tradução livre: O Estado deve organizar um sistema eficaz que permita proteger aqueles que sofrem as consequências da mudança. Uma sociedade em movimento precisa garantir constantemente uma ponte entre inovação e tradição, entre o futuro e o passado.

11. Tradução livre: Em segundo lugar, a ação do governo deve ser orientada, deve ser dirigida de acordo com as aspirações expressas pela maioria da sociedade; a maioria da sociedade em um sistema democrático, única, por outro lado, a obrigar qual é a vocação majoritária, é expressa em uma maioria eleitoral.

soal acerca do conteúdo modal deôntico veiculado que, por seu lado, já se refere a algo prescrito socialmente no âmbito político.

Em (1), ponderamos que ao introjetar o sujeito *El Estado*, na instauração da modalidade deôntica, o falante (candidato a primeiro-ministro) pretenda evitar possíveis efeitos negativos que o seu discurso possa vir a ter, caso ele tivesse escolhido prescrever, diretamente, sobre a sua pessoa, os deveres e as obrigações que competem a ele, caso venha a ser eleito para o cargo de primeiro-ministro; optando, para isso, a escolha de nomes genéricos que remetam à pluralidade das instituições governamentais. Em (2), pensamos que o falante, ao qualificar deonticamente eventos, busque evitar responsabilizar, diretamente, parlamentares, ministros e outras pessoas do governo acerca da realização do evento descrito pelo predicado, preferindo, portanto, instaurar a deonticidade sobre as futuras ações governamentais.

No que tange à discursividade e à argumentatividade, ponderamos que os políticos frequentemente utilizam expressões deônticas para introduzir propostas de políticas públicas, reforçar o cumprimento de leis ou orientar ações coletivas. Nesse sentido, a modalidade deôntica reforça a posição de autoridade do falante (candidato a primeiro-ministro) ao definir o que é permitido ou proibido. Isso ocorre em discursos governamentais ou declarações de líderes políticos que orientam a sociedade sobre normas, leis, regras e contratos.

Acreditamos também que essa neutralização dos posicionamentos do falante acerca da qualificação deôntica, no que tangem às suas ações governamentais e políticas, possa ser asseverada por meio de adjetivos em função predicativa, o que lhe exime da avaliação pessoal em relação ao evento sobre o qual incide a deonticidade, haja vista que se limita a reportar a obrigatoriedade de concretização dos estados-de-coisas apresentados, designadamente nos casos em que a moda-

lidade deôntica está orientada para o Evento. As ocorrências (3) e (4) ilustram isso:

(1) **Es necesario** integrar los instrumentos fiscales, de apoyo tecnológico y de internacionalización en una única política, con instrumentos más basados en compartir riesgos y beneficios tales como garantías, préstamos participativos, participación en capital, préstamos financieros, etc. (D11).¹²

(2) **Es preciso** abrir un debate que examine las reformas que resulte oportuno introducir en la Ley Orgánica del Poder Judicial, con el fin de que cumpla mejor el modelo constitucional, así como con la finalidad de dotar de las mayores garantías de independencia y eficacia al Poder Judicial y de recuperar su prestigio (D7).¹³

Em (3) e (4), a modalidade deôntica, com orientação modal para o Evento, é instaurada por meio de adjetivos em função predicativa, respectivamente *es necesario* e *es preciso*, em que o falante (candidato a primeiro-ministro) especifica metas e ações governamentais acerca da necessidade (deôntica) de integrar instrumentos fiscais de apoio tecnológico, em (3); e o debate sobre as reformas na Lei Orgânica do Poder Judicial, em (4).

Em termos argumentativos, acreditamos que a *não-inclusão* do falante na incidência do valor modal se deva ao fato de o candidato a primeiro-ministro pretender reportar ordens e mandados relati-

12. Tradução livre: É necessário integrar instrumentos fiscais, de suporte tecnológico e de internacionalização em uma única política, com instrumentos mais baseados no compartilhamento de riscos e benefícios, como garantias, empréstimos participativos, participação acionária, empréstimos financeiros, etc.

13. Tradução livre: É necessário abrir um debate que analise as reformas que são apropriadas para introduzir na Lei Orgânica do Poder Judiciário, a fim de melhor cumprir o modelo constitucional, bem como a fim de fornecer as maiores garantias de independência e eficácia. ao Judiciário e recuperar seu prestígio.

vos a estados-de-coisas que devem ser realizados por algum agente [+agentividade], no caso da modalidade deôntica com orientação para o Participante, que está obrigado, permitido ou proibido de realizar [+acional] o que está incluso em seu plano de governo e precedente da tradição política. Vale lembrar que a modalidade deôntica é usada como uma ferramenta retórica para persuadir o público sobre a necessidade de ações específicas, muitas vezes legitimando políticas por meio de valores morais, sociais ou legais. Assim, no contexto ideológico, a deonticidade é usada para apresentar obrigações, proibições ou permissões como reflexos de valores compartilhados, consolidando uma visão de mundo.

Por seu lado, nos casos de modalidade deôntica orientada para o Evento, o candidato a primeiro-ministro pretenda se resguardar de alguma posição autoritária, optando, dessa forma, em não se dirigir, diretamente, a algum tipo de agente específico, preferindo reportar apenas eventos sobre os quais recaem a deonticidade expressa. Assim, é provável que nenhum membro do Parlamento se sentisse obrigado, de modo abusivo, a realizar o evento contido no predicado.

Ponderamos que, em ambos os casos, o candidato a primeiro-ministro atue apenas como o “porta-voz” de obrigações, permissões e proibições já prescritas socialmente. Em outras palavras, a modalidade deôntica instaurada estaria isenta da sua avaliação pessoal [-subjéctiva] acerca da imposição de regras e normas de conduta, fazendo com que seu discurso não transpareça ares de autoritarismo, o que poderia ter uma conotação negativa por parte da opinião pública.

Por sua vez, a *inclusão* do falante na incidência do valor modal (30,8%) se refere aos casos de primeira pessoa do singular (*yo*), em que há um maior grau de subjetivação dos conteúdos modais deônticos, haja vista que falante prescreve para si normas e regras de condu-

ta; e aos casos de primeira pessoa do plural (*nosotros*), em que o falante prescreve deveres e obrigações para si e os demais. As ocorrências (5) e (6) especificam casos como esse:

(1) **Tengo que permanecer** fiel a mi convicción de que los asuntos de Estado que afectan a las bases mínimas de nuestra convivencia democrática superan con mucho los acuerdos de investidura y precisan de grandes acuerdos de Estado (D12).¹⁴

(2) España está dispuesta y propiciará la adopción de medidas para conseguir que, en la meta de 1992, se haya avanzado tanto como se pueda en la política de mercado interior; pero, al mismo tiempo, a mi juicio, **debemos poner** sobre la mesa el otro gran paquete de la integración europea que en este terreno se denomina la cohesión económica y social (D4).¹⁵

Em (5), a modalidade deôntica, com orientação modal para o Participante (que consiste na pessoa do falante), é instaurada por meio da construção perifrástica *tener+que+infinitivo*, em que o falante prescreve para si (o que pode ser evidenciado pela marca de primeira pessoa do singular, *tengo*) a obrigação de se manter fiel as suas convicções partidárias, ainda que seja preciso fazer alianças com outros partidos, cuja orientação política diverge da sua coligação.

Em (6), a modalidade deôntica, também com orientação modal para o Participante (que consiste na pessoa do falante e de seus ouvintes, os demais membros do Parlamento), é instaurada por meio da cons-

14. Tradução livre: Tenho que permanecer fiel à minha convicção de que os assuntos de Estado que afetam as bases mínimas de nossa convivência democrática excedem em muito os acordos de investidura e exigem grandes acordos estatais.

15. Tradução livre: A Espanha está disposta e promoverá a adoção de medidas para garantir que, na meta de 1992, tenham sido realizados progressos, tanto quanto possível, na política do mercado interno; mas, ao mesmo tempo, na minha opinião, devemos colocar sobre a mesa o outro grande pacote de integração europeia que neste campo se chama coesão econômica e social.

trução perifrástica *deber+infinitivo*, em que o falante avalia (o que é evidenciado pela marca de evidencialidade *a mi juicio*) para si e para os seus ouvintes (o que pode ser constatado pela marca de primeira pessoa do plural, *nosotros*) a obrigação de elaborar um pacote de integração europeia no campo econômico e social.

Em (5) e (6), ponderamos que há uma subjetivação do conteúdo modal deôntico instaurado em virtude de o falante avaliar regras e normas de conduta a partir de suas próprias crenças e julgamentos pessoais. No entanto, ainda que ele esteja incluso na incidência do valor modal, ao empregar, especificamente, marcas de primeira pessoa do plural (*nosotros*), ele pode também atuar apenas como um “porta-voz” da deonticidade expressa, ao prescrever deveres e obrigações que são inerentes a ele e aos demais parlamentares, sem que isso se constitua em um julgamento pessoal e particular do candidato. As ocorrências (7) e (8) trazem a especificação disso:

(1) La Constitución ha cumplido, hasta ahora, su objetivo de convivencia en paz y libertad pues ha resuelto, en buena medida, los grandes problemas de la convivencia española. No hay razón alguna para poner en cuestión sus grandes opciones. Como ha servido, como nos ha servido a todos, la Constitución debe mantenerse y todos podemos y **debemos defenderla** (D9).¹⁶

(2) **Tenemos que mejorar** la educación obligatoria y gratuita hasta los 16 años, para reducir el abandono educativo temprano y elevar la formación de los alumnos (D11).¹⁷

16. Tradução livre: Até agora, a Constituição cumpriu seu objetivo de coexistência em paz e liberdade, uma vez que resolveu amplamente os grandes problemas da coexistência espanhola. Não há razão para questionar suas ótimas opções. Como serviu, como serviu a todos nós, a Constituição deve ser mantida e todos nós podemos e devemos defendê-la.

17. Tradução livre: Temos que melhorar a educação obrigatória gratuita até os 16 anos, reduzir o abandono escolar precoce e aumentar a formação dos alunos.

Em (7) e (8), as modalidades deônticas estão orientadas para o Participante, haja vista que recai sobre o participante designado pelo predicado (*nosotros*, que se refere ao falante e aos demais membros do Parlamento) a obrigação de realizar o evento sobre o qual recai a deonticidade expressa. Em (7), a modalidade deôntica é instaurada por meio da construção perifrástica *deber+infinitivo*, em que o falante instaura sobre si e os seus ouvintes o dever de defender a Constituição. Por sua vez, em (8), a modalidade deôntica é instaurada por meio da construção perifrástica *tener+que+infinitivo*, em que o falante prescreve a obrigação de melhorar o sistema educativo. À vista disso, o emprego da primeira pessoa do plural também apela para o envolvimento da população na realização de metas coletivas, utilizando verbos modais deônticos, em que os conteúdos modais funcionam como um chamado à responsabilidade compartilhada. Nesse sentido, a modalidade deôntica é usada para criar uma identidade coletiva, sugerindo que o cumprimento de obrigações e deveres será compartilhado por todos.

Avaliamos, no que tange à argumentatividade, que a *inclusão* do falante na incidência do valor modal, especificamente nos casos de primeira pessoa do plural, esteja relacionado ao argumento da pluralidade (*eu + vocês = nós*), o que poderia dar mais força ao conteúdo das ideias do candidato a primeiro-ministro, em que ele pretenda procurar auxílio em uma identidade comunitária, seja para se promover como o representante de todo um grupo ou de um grupo específico.

Assim, o candidato desejaria mostrar certa solidariedade entre ele e a comunidade, revelando a capacidade persuasiva que há na existência de uma voz comum a todos [+coletividade]. Por sua vez, os casos de primeira pessoa do singular (*eu*) pretenderiam estabelecer a singularidade da pessoa do candidato como uma pessoa idônea e que está sujeita ao que prescreve e regula as leis políticas e constitucionais,

revelando-se como uma pessoa comprometida com as suas responsabilidades sociais e políticas.

Por fim, no tocante ao posicionamento do falante em relação ao ouvinte, como podemos ver na Tabela 2, em que falante (candidato a primeiro-ministro) busca se aproximar do ouvinte (parlamentares) por meio da marca de pluralidade (*nosotros*), enquanto há um afastamento quando o falante emprega a marca de singularidade (*yo*):

Tabela 2: A frequência do posicionamento do falante em relação ao ouvinte

Posicionamento do falante em relação ao ouvinte	Frequência	Porcentagem
Não se aplica ¹⁸	684	69,2%
Aproximação	263	26,6%
Afastamento	42	4,2%
Total	989	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SPSS

Baseando-nos na Tabela 2, verificamos que os casos de aproximação (*nosotros*) (26,6%) se sobressaem sobre os de afastamento (*yo*) (4,2%). Isso se justifica, se considerarmos que, no âmbito político, o candidato a primeiro-ministro pretenda prescrever normas que estão sob a responsabilidade de todos em executá-las, projetando, assim, a imagem de que não apenas ele, mas toda a coletividade (os membros do Parlamento) mostra-se idônea e responsável no cumprimento do que já é estabelecido pelas regras e normas políticas.

Conforme Núñez Cabezas e Guerrero Salazar (2002), há uma proeminência, nos discursos políticos, pelo uso da primeira pessoa do plu-

18. Os casos de “não se aplica” referem-se ao emprego da segunda e terceira pessoas do singular/plural, que não poderiam sinalizar uma aproximação e/ou afastamento do falante em relação ao ouvinte.

ral, pois ela pode ser empregada como um recurso retórico que visa aludir a uma coletividade [+coletivo] ou a uma identidade institucional [+instituição], em que voz da coletividade ganha mais força em detrimento de uma voz individualizada. As ocorrências (9) e (10) exemplificam isso:

(1) Trataré más bien de elegir un conjunto de problemas preferentes hacia los que desearía llevar este debate de investidura, porque a todos nos importa acertar en ellos, en su solución, y porque creo que para acertar **debo estar** abierto a los juicios y las opiniones de todos los señores diputados, por diferentes que sean, y lo serán en muchos casos, de los míos (D2).¹⁹

(2) **No podemos quedarnos** parados. Avanzando juntos, reconociendo nuestro pluralismo y diversidad, respetándolo, logrando acuerdos inteligentes, actuando con lealtad a la Constitución, España podrá afrontar los problemas que tiene planteados y seguir construyendo su historia (D7).²⁰

Em (9) e (10), as modalizações deônticas estão orientadas para o Participante, em que recai sobre o participante expresso, respectivamente *yo* (falante) e *nosotros* (falante e ouvintes), a obrigação e a negação de permissão (proibição) de realizar o evento descrito pelo predicado. Em (9), a modalidade deôntica é instaurada por meio da construção perifrástica *deber+infinitivo*, em que o falante avalia para

19. Tradução livre: Antes, tentarei escolher um conjunto de problemas preferenciais para os quais gostaria de participar deste debate sobre investidura, porque todos nos preocupamos em acertá-los, em sua solução e porque acho que, para estar certo, devo estar aberto a julgamentos e opiniões de todos os deputados, por mais diferentes que sejam, e em muitos casos serão, dos meus.

20. Tradução livre: Não podemos ficar parados. Avançando juntos, reconhecendo nosso pluralismo e diversidade, respeitando-o, alcançando acordos inteligentes, agindo com lealdade à Constituição, a Espanha poderá enfrentar os problemas que propôs e continuar construindo sua história.

si (o que pode ser constatado por meio da marca de primeira pessoa do singular, *debo*) o dever moral de escutar e ponderar os valores e as opiniões de todos os deputados que formam o Parlamento.

Por seu lado, em (10), a modalidade deôntica é instaurada por meio da construção perifrástica *poder+infinitivo*, precedida do advérbio de negação *no*, com valor modal de proibição (negação de permissão), em que o falante prescreve para si e os seus ouvintes (evidenciado pela marca de primeira pessoa do plural, *podemos*) a proibição de permanecer parados perante a necessidade (deôntica) de conquistar acordos pautados na Constituição que visem enfrentar os problemas hodiernos da sociedade espanhola.

Com base em Angheluta (2014), ponderamos que, em termos discursivos e argumentativos, o emprego da primeira pessoa do plural serviria como um instrumento linguístico que abarcaria uma série de pessoas (líderes do Parlamento e a sociedade civil espanhola), as quais o falante (candidato a primeiro-ministro) pretenderia homogeneizar, aproveitando, desse modo, as características comuns entre todos como fator de coesão, o que poderia ocultar ou diminuir a identidade do falante (como representante de um partido político) ou a individualidade disjuntiva de cada um. Portanto, conforme a autora, o falante pretende identificar-se com a coletividade, colocando-se, dessa forma, como o representante de todos.

Em resumo, o emprego da modalidade deôntica nos discursos de investidura poderia servir para reforçar a posição do político como figura normativa capaz de estabelecer diretrizes e guiar comportamentos. Assim, esses enunciados normativos legitimam a liderança do falante (candidato a primeiro-ministro) e posicionam suas propostas como moralmente, legalmente e socialmente necessárias. Portanto, os discursos de investidura frequentemente usam a modalidade deôntica

para cristalizar valores fundamentais, como justiça, igualdade ou democracia, apresentando-os como inquestionáveis, cuja deonticidade é utilizada para justificar decisões e ações políticas, apresentando-as como inevitáveis ou necessárias.

Considerações finais

Neste artigo, pretendemos descrever e analisar a modalidade deôntica como recurso discursivo e estratégia argumentativa nos 18 discursos de investidura dos candidatos a primeiro-ministro do governo espanhol, considerando, para isso, os aspectos pragmáticos envolvidos na instauração da deonticidade. Desse modo, recorreremos ao funcionalismo linguístico que apregoa o uso efetivo da língua em contextos reais de produção e a integração da pragmática na descrição e análise dos fenômenos linguísticos. Recorreremos também à tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), que define a modalidade deôntica como aquela relativa ao que é moralmente, legalmente e socialmente aceito em termos de regras e normas de conduta (domínio semântico); e que pode estar orientada para o Participante e para o Evento (orientação modal).

Em relação à posição do falante na incidência do valor modal, verificamos que o falante (candidato a primeiro ministro) opta, preferencialmente, por não se incluir no valor modal, em que ele atua como o “porta-voz” da deonticidade expressa, prescrevendo deveres e obrigações, já reguladas socialmente, sobre as instituições do governo (modalidade deôntica orientada para o Participante), mas de forma genérica, para que o seu discurso não seja interpretado pela opinião pública como sendo algo de caráter autoritário, imperioso ou intransigente. Por sua vez, a não-inclusão do falante na incidência do valor modal, fez

com que o falante também reportasse a obrigação ou a permissão de concretização de eventos (modalidade deôntica com orientação para o Evento), escolhendo não se dirigir, diretamente, a algum agente específico, fazendo com que o seu público ouvinte (os demais membros do Parlamento) não se sentisse “obrigado” ou “coagido” a realizar o evento descrito pelo predicado (o estado-de-coisas sobre o qual recaia o valor modal deôntico).

No que se refere ao posicionamento do falante em relação ao ouvinte, constatamos que houve uma maior aproximação com seu público ouvinte, ao empregar a marca de primeira pessoa do plural (*nosotros*), do que um afastamento, ao fazer uso da primeira pessoa do singular (*yo*). Isso se justifica, se considerarmos que este recurso pode funcionar como uma estratégia retórica que visa aludir a uma coletividade ou a uma identidade institucional, em que a voz da coletividade teria mais força discursiva [+FD] que uma voz individualizada. Dessa forma, as ideias veiculadas em seu discurso poderiam conquistar uma maior adesão do público (os membros do Parlamento), na medida em que o candidato a primeiro-ministro mostre certa solidariedade entre a sua pessoa e a comunidade parlamentar.

Por fim, acreditamos que a modalidade deôntica possa funcionar como recurso discursivo e estratégia argumentativa, considerando as intenções e os propósitos comunicativos do falante, ao engendrar os atos deônticos em sua construção discursiva. Nesse sentido, o candidato a primeiro-ministro articula o seu discurso considerando não apenas as informações pragmáticas de seu ouvinte, mas o engendrando das unidades linguísticas (modalizadores) de forma a alcançar os seus propósitos e, assim, conseguir convencer/persuadir o seu público, para quem o seu discurso está direcionado.

Referências

ÁLVAREZ ESTEBAN, R. El discurso de investidura como instrumento de comunicación política en España (1979-2008). *Revista Internacional de Investigación en Comunicación*, v. 4, n. 4, 2011, p. 28-48. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3747598>. Acesso em: 12 maio 2020.

ÁLVAREZ, A.; CHUMACEIRO, I. El discurso de investidura en la reelección de Uribe y de Chávez. *Revista Forma y Función*, v. 22, n. 2, 2009, p. 13-42. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/219/21916691002.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

ANGHELUTA, M. A. La expresión de la modalidad deóntica en los discursos de investidura de José María Aznar López y José Luis Rodríguez Zapatero. In: ULASIN, Bohdan (Org.). *¿Quo Vadis Romanística?* Eslováquia: Univerzita Komenského v Bratislave, 2014.

ARAÚJO J. G. G. de; TIMÓTEO L. de M. Modalidade linguística e ensino de língua portuguesa: uma abordagem funcionalista. In: NOGUEIRA M. T.; LOPES M. F. V. (Orgs.). *Modo e Modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CHAVES, A. P. El discurso político de Adolfo Suárez durante la Transición. Aplicaciones metodológicas. *Revista Tejuelo*, n. 5, 2009, p. 86-122. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2983573>. Acesso em: 12 maio 2020.

CONCEIÇÃO, J. A.; FONTENELE, A. M. A modalização, a modalidade e a nova retórica nos pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro: por uma análise textual-retórico-discursiva. *Revista Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 5, n. 2, 2021, p. 84-103. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/814/560>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DIK, C. S. *The Theory of Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

HENGEVELD, K. Mood and Modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Orgs.). *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p.1190-1202.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

NEVES, M. H. de M. As Gramáticas e suas interfaces. *Revista de Estudos Linguísticos Alfa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007, p. 81-98.

NEVES, M. H. de M. *A gramática passada a limpo*. São Paulo: Parábola, 2012.

NÚÑEZ CABEZAS, E. A.; GUERRERO SALAZAR, S. *El lenguaje político español*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2002.

OLIVEIRA, A. S. As modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Jair Bolsonaro. *Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem*, n. 13, 2021, p. 125-140. Disponível em: <http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistadissol/article/view/925/487>. Acesso em: 12 dez. 2024.

OLIVEIRA, A. S.; LOPES, M. F. S. As modalidades deôntica e volitiva em planos de governo. *Revista Macabéa*, v. 10, n. 5, 2021, p. 58-80. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/3390/pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SOUTO, A. S. Persuasão, modalidade e poder: uma análise da modalidade no manifesto eleitoral do bloco de esquerda “A força que faz a diferença” (2019). *ElingUP - Revista Eletrônica de Linguística dos Estudantes da*

Universidade do Porto, v. 13, n. 1, 2024, p. 62-73. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/article/view/14648/12966>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Recebido em: 28/10/2024

Aprovado em: 13/12/2024

Licenciado por

